

Nova alíquota para servidor pode cair no STF

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

A criação de alíquota progressiva de contribuição previdenciária para os servidores da União, prevista na Medida Provisória 805, editada na semana passada pelo presidente Michel Temer, corre o risco de ser derrubada na Justiça, de acordo com especialistas ouvidos pelo Valor. De acordo com eles, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que a criação de uma alíquota progressiva previdenciária fere o texto da Constituição.

A MP 805 estabelece que uma alíquota de contribuição de 11% incidirá sobre a remuneração do servidor da União que for igual ou inferior ao teto do INSS (R\$ 5.531,31) e outra de 14% incidirá sobre a parcela que ultrapassar esse valor. Assim, estaria configurada a contribuição progressiva.

Consultado pelo Valor sobre a constitucionalidade da alíquota progressiva, o Ministério do Planejamento informou que as questões legais foram devidamente avaliadas antes da edição da MP 805. "Todas as medidas do governo, que implicam mudanças legislativas, são analisadas por consultorias jurídicas de diversos ministérios e também pela Casa Civil para assegurar que estão obedecendo as normas legais e, principalmente, os

princípios constitucionais", disse o Planejamento, por meio de sua assessoria de imprensa.

Fonte do STF confirmou que a jurisprudência do Supremo é de considerar inconstitucional a instituição de alíquota progressiva de contribuição previdenciária. O entendimento do STF, explicou, é que alíquota progressiva exige autorização expressa na Constituição, o que não ocorre neste caso específico.

A mesma fonte advertiu, no entanto, que a decisão do STF sobre essa questão é anterior a 2011. "Como a composição do Supremo foi muito alterada desde então, é possível que, se for questionada novamente sobre o mesmo assunto, a Suprema Corte mude a jurisprudência", explicou.

O Valor apurou que houve divergência dentro da área econômica sobre a criação da alíquota progressiva de contribuição previdenciária dos servidores. Nas discussões internas, técnicos da Previdência advertiram que essa questão poderia ser "judicializada", ou seja, questionada na Justiça, o que atrapalharia a execução da medida, necessária para o fechamento das contas da União em 2018. A receita prevista com a alíquota progressiva é de R\$ 2,2 bilhões no próximo ano.

Projeto prevê verba 6 vezes maior para parques nacionais

Por Daniela Chiaretti | De São Paulo

Está na Casa Civil um projeto de lei que o governo quer enviar em regime de urgência para a Câmara e que pode fazer com que os recursos atuais destinados às melhorias na gestão das unidades de conservação saltem dos atuais R\$ 200 milhões e multipliquem por seis, chegando a R\$ 1,2 bilhão. Trata-se de destravar a verba da compensação ambiental das grandes obras.

Grandes obras causam impacto ambiental e pela legislação atual são obrigadas a destinar cerca de 0,25% do total do valor do empreendimento para a compensação ambiental. Estes recursos seriam destinados a criar ou implementar UCs preferencialmente no bioma onde está a obra. "Mas a empresa é que teria que fazer isso. Mas como este não é o negócio delas, acaba que não fazem", explica Ricardo Soavinski, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio.

A ideia é fazer com que o dinheiro da compensação seja depositado em um Fundo de Compensação Ambiental criado pelo ICMBio e locado em um banco público. Os recursos iriam direto para as unidades de conservação. O ICMBio é responsável pelo manejo de 327 unidades de conservação (UCs) que significam 79 milhões de hectares do território nacional.

As UCs recebem mais de 8 milhões de visitantes ao ano, um número com tendência crescente. O Brasil tem 73 parques nacionais, que são as UCs abertas para visitação pública. "Temos que melhorar a qualidade de serviços para dar uma experiência melhor ao visitante. Mas como fazer isso? Não temos orçamento e os recursos não crescem", diz Soavinski.

Outro ponto importante é poder contratar brigadistas de combate a incêndio por mais tempo. Atualmente a lei define três meses com possibilidade de prorrogar por mais 3 meses. A ideia seria ampliar para um ano com possibilidade de mais

um ano, e ampliar o foco do trabalho para outras ações nos parques, como consertos de trilhas e educação ambiental.

O terceiro ponto é abrir a gestão para parcerias com a iniciativa privada. "Não é privatizar parques", esclarece o presidente do IcmBio. Hoje, para ter serviço de restaurantes ou a cobrança de bilheteria, o serviço público tem que fazer licitações, o que é um processo lento e caro. A intenção é comprometer investidores privados com a gestão de serviços que melhorem a estadia do visitante nos parques.

Hoje o Brasil tem concessões de serviços nestes moldes em apenas quatro parques - Iguaçu (contratos de alimentação, aluguel de bicicletas, sobrevoos, etc), Tijuca (o mais visitado do Brasil), Fernando de Noronha e Serra dos Órgãos.

"É essencial ter uma evolução no marco regulatório das concessões de serviços nas unidades de conservação, principalmente nos





parques, que são objeto de visitação. É a forma de se garantir segurança jurídica e o desenvolvimento do mercado", disse ao Valor Pedro Passos, cofundador da Natura, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica e do Conselho de administração do Semeia.

Na abertura do seminário "Parques do Brasil - As novas fronteiras da gestão de parques", que ocorreu ontem, em São Paulo, Passos lembrou que "se está entrando em uma luta de transformação do pensamento brasileiro" na questão. "Temos que estimular novos modelos de concessão", defendeu.

"As UCs podem ser indutoras de desenvolvimento local e regional", lembra Marcia Hirota, diretora executiva da SOS Mata Atlântica, que apoia o projeto de lei, embora destaque que o texto não foi liberado para a sociedade civil.

Silvia Futada, pesquisadora do programa de monitoramento de áreas protegidas do Instituto SocioAmbiental (ISA), lembra que com a ausência do poder público nas UCs, arranjos locais foram se concretizando. "Há experiências exitosas de governança feitas pelas comunidades locais em várias UCs. E elas devem ser respeitadas e consideradas", lembra.

Temer rebaixa previsão de investimentos para obras

Por Andrea Jubé e Bruno Peres | De Brasília

O governo prepara o lançamento amanhã do programa "Avançar", com investimentos estimados em R\$ 42 bilhões para obras de infraestrutura até 2018. A iniciativa, que foi desenvolvida no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), garante ao presidente Michel Temer discurso para mostrar que o governo tem recursos para manter o estímulo à economia e fôlego para caminhar nos próximos meses. Ontem Temer pediu aos ministros que não deixem passar a impressão de que o governo acabou.

O programa foi gestado para ser lançado em maio e a proposta original previa investimentos de até R\$ 59 bilhões. O valor que será divulgado por Temer nesta quinta-feira é R\$ 17 bilhões menor. A proposta, que dá nova roupagem ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das gestões petistas, acabou engavetada porque o anúncio acabaria ofuscado pela crise política. Na ocasião, veio à tona a delação premiada dos executivos da JBS, que deixou o governo acuado sob denúncias durante seis meses.

"Não vamos deixar tráfegar essa ideia de quem ninguém faz mais nada [em 14 meses]", cobrou o presidente em reunião ontem com ministros do núcleo social. Temer ressaltou que é comum, neste momento, surgirem comentários de que não há tempo para se fazer mais nada. Mas ele observou que sua gestão fez "muita coisa" em 16 meses, mencionando a superação da recessão e a recuperação da economia e do emprego.

Por isso, Temer pediu aos auxiliares que redobrem os esforços para apresentar mais realizações, sobretudo nos dois últimos meses do ano. Em abril, pelo menos 18 dos 28 ministros serão obrigados a se desincompatibilizar dos cargos para disputar as eleições de outubro.

É nesse cenário de corrida contra o tempo que Temer pediu aos auxiliares que apressassem o lançamento do "Avançar". A previsão é investir R\$ 42 bilhões em 6.233 obras em execução ou conclusão até 2018. Os recursos seriam divididos da seguinte forma: R\$ 24 bilhões em projetos de infraestrutura, R\$ 9 bilhões em políticas sociais e R\$ 8,9 bilhões na área de defesa.

Na área de infraestrutura, há projetos de duplicação de rodovias, e obras em aeroportos, portos e

ferrovias. Está prevista a conclusão do eixo sul da Ferrovia Norte-Sul e do trecho norte do Rodoanel de São Paulo. Pelo três aeroportos estão no programa: de Vitória, Maringá (PR) e Vitória da Conquista, na Bahia. Também estão contempladas a duplicação e pavimentação de oito rodovias, além de obras de reforço e dragagem nos Portos de Santos, Itajaí, Vitória e Paranaguá.

O "Avançar" prevê a construção de 970 quilômetros de rodovias e a duplicação de 511 quilômetros, além da recuperação e manutenção de 52.200 quilômetros. Também contempla a construção e o reforço de 11 terminais portuários. No setor aeroportuário, são aeroportos em nove capitais e mais 27 regionais.

Com o anúncio deste programa, o presidente busca alavancar o governo após o arquivamento das denúncias da Procuradoria Geral da República contra ele e seus dois principais auxiliares, os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria Geral da Presidência). Todos os esforços estão voltados para manter o ritmo de recuperação da economia, com o objetivo de reduzir o desemprego. Temer acredita que com esta receita, conseguirá reduzir a impopularidade e reunir musculatura para influenciar na sucessão presidencial.

A nova regra do teto de gastos

Por Delano Franco

O Banco Central divulgou, em setembro último, seu Relatório Trimestral de Inflação. Suas previsões de IPCA para os próximos anos se situam próximas a 4%, mesmo com taxas de juros relativamente baixas. O cenário de política monetária frouxa, estabilidade de preços e retomada do crescimento, aliadas a um ambiente externo benigno, vem dando suporte a análises favoráveis e boas rentabilidades para os ativos de risco. Recuperadas as expectativas e quebrada a inércia da inflação, o BC parece viver uma fase tranquila.

Não muito longe dali, no entanto, a equipe do Tesouro deve ter bem menos tranquilidade. Tanto pelas dificuldades correntes da execução fiscal, quanto principalmente pela percepção, cada vez mais disseminada, de que o teto dos gastos, estabelecido pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 95, aprovada em dezembro de 2016, caminha para o rompimento quase certo.

Senão vejamos - segundo cálculos recentes do Ibre-FGV, mesmo que se aprove a idade mínima para a previdência e o salário mínimo passe a ser corrigido apenas pela inflação, o governo enfrentará paralisia operacional já em torno de 2020. As sanções previstas na lei para o caso de gastos acima do teto, como suspensão de aumentos para

o funcionalismo e contratações, não têm monta suficiente para reversão do quadro, de modo que não há mecanismo de ajuste automático que traga o Tesouro de volta a seu limite legal. Uma reforma da previdência um pouco mais profunda, no limite do politicamente viável, também não resolveria a questão.

Uma pergunta a se fazer é por que os mercados seguem animados, se rumamos rapidamente em direção à inviabilização do mecanismo de contenção fiscal. Acredito que a resposta seja, além do ambiente global positivo, que há resignação quanto ao rompimento do teto, desde que a dívida se estabilize como proporção do produto em níveis aceitáveis. Se houvesse perspectiva de êxito em se operar tamanha redução de gastos obrigatórios tal que os limites da PEC 95 fossem preservados, o sentimento seria de euforia, vários degraus acima do otimismo que hoje impera. O cumprimento sustentado do teto demandaria repensar e racionalizar toda a estrutura e composição do gasto público, com amplos reflexos sobre crescimento, taxas de juros, etc.

Voltando à realidade, como seria então esse cenário de rompimento do teto com preservação da solvência pública? Uma condição necessária é a implementação de uma reforma da previdência com impacto ao menos equivalente ao formato aprovado

pela comissão especial da Câmara, provavelmente acompanhada de redução dos gastos com abono salarial e alguma elevação de carga tributária. Esta última visaria recompor a carga perdida nos últimos anos, em torno de 2% do PIB. Em conjunto com a recuperação cíclica da arrecadação e juros baixos, tais medidas lograriam estabilizar a dívida bruta em torno de 85-90% do PIB, e reduzi-la lentamente.

Sanções previstas para gastos acima do teto não têm monta suficiente para a reversão do quadro

Inviabilizado o teto, restaria preservar ao máximo benefícios dele advindos, como o resgate da noção de restrição orçamentária ao se discutirem elevações de gastos que, se meritórias em si, necessitam deslocar outras despesas. Também a característica de ser indutora a uma trajetória fiscal saudável. O ideal parece ser redesenhar a regra do teto, em seguida à aprovação da reforma da previdência e outras medidas de solvência.

Um candidato a nova regra poderia ser a manutenção do gasto público como proporção do PIB ou, melhor, uma lenta queda do indicador. Seria a admissão de que o limite anterior demandaria um freio de gastos incompatível com os





direitos que politicamente se quer preservar, passando-se a uma trajetória, usando-se palavras recentes do Banco Central, desafiadora porém crível.

Outra possibilidade seria a exclusão de determinados itens da conta, relacionados a direitos a serem mantidos, como aposentadorias e pensões, que possuem dinâmica própria. O problema aí é que, a depender da configuração, a regra pode ser compatível com dívida explosiva. Teria de ser uma espécie de divisão de trabalhos - um limite que contenha os gastos discricionários em tempos de bonança, de modo a evitar a repetição do que ocorreu a nível federal e em diversos Estados no começo desta década, e um conjunto de reformas que cuide da trajetória dos gastos obrigatórios.

Por fim, poder-se-ia colocar todas as fichas nas regras de superávit primário, estabelecendo regra constitucional para o resultado, que deveria ser sensível à fase do ciclo. Pode-se entender esta opção como uma variante da primeira, que no entanto oferece ao Tesouro grau de liberdade quanto à receita. Dessa forma, pode-se a ela se opor por não frear a tendência ao aumento expressivo de carga tributária das últimas décadas. Porém, percebemos não haver tolerância da sociedade, nem fundamento econômico, para estender ainda mais a carga, já fora da curva no conjunto dos países emergentes.

Existe, ainda, outra dimensão com respeito à mudança de regra do teto, que é o timing. Ela não deve ser feita antes de se assegurar que a

solvência está preservada, através das reformas necessárias, em especial a da previdência, de modo a não se passar a ideia de abandono fiscal. Quanto a se esperar ou não o atingimento do limite da regra atual, parece tratar-se de questão delicada. Por um lado, se antecipar ao estouro tem a vantagem de não incorrer no tumulto que adviria de um shutdown do governo. Por outro, a convivência por algum tempo com as restrições preconizadas para o caso de estouro pode ser uma oportunidade para se ajustar mais rápido gastos obrigatórios que claramente passaram do ponto, como o salário de determinadas carreiras públicas.

Delano Franco é sócio da Rio Gestão de Recursos e professor da EPGE-FGV.

Regra para PDV de servidores é alterada na Câmara

Equipe econômica avalia que mudanças vão reduzir eficácia do programa

Geralda Doca, Eduardo Barretto e Gabriela Valente

-Brasília- A comissão especial encarregada de votar o Plano de Desligamento Voluntário (PDV) do governo federal desistiu, ontem, do texto encaminhado ao Congresso pelo Executivo. Depois de negociarem com o Palácio do Planalto, os parlamentares retiraram dois artigos da medida provisória (MP): o que permite ao servidor que estiver em jornada reduzida exercer outra atividade, pública ou privada, desde que não configure situações potencialmente causadoras de conflito de interesses e haja compatibilidade no cargo; e o que beneficia o servidor que está em licença não remunerada com a possibilidade de trabalhar em outro lugar.

Segundo fontes da área

econômica, essas mudanças praticamente inviabilizam o PDV, cuja previsão de economia é de R\$ 1 bilhão por ano. Esses dois artigos são considerados fundamentais para a adesão, por serem os principais atrativos do plano. Em nota, o Ministério do Planejamento não quis comentar a MP.

PREVISÃO ERA ARRECADAR R\$ 1 BI

Antes de o Congresso decidir sobre o PDV, integrantes da Controladoria-Geral da União (CGU) já tinham atacado a medida. Havia receio de proliferação de conflito de interesses e enfraquecimento de prevenção de crimes pela CGU, já que servidores que aderirem ao PDV deveriam ter regras mais frouxas de prestação de contas e conduta, inclusive sobre propriedades e sigilo. Em documento a auxiliares do presidente Michel Temer, emissários da CGU pediram que fosse vedado o acúmulo de cargos e salários nas áreas pública e privada, além de criticar que os

servidores do PDV sejam livrados das obrigações de todo o serviço público.

EMENDAS EM MP DO REAJUSTE

A medida provisória foi enviada ao Congresso no fim de julho e tem que ser aprovada nos plenários de Câmara e Senado até o próximo dia 21 para ter força de lei definitivamente. Em crise fiscal, o governo disse que esperava economizar R\$ 1 bilhão com o desligamento de cerca de 5 mil servidores.

Outra MP que afeta diretamente os servidores públicos e tramita no Congresso é a que adia os reajustes do funcionalismo para 2018 e aumenta a contribuição previdenciária da categoria de 11% para 14%. A medida recebeu 255 emendas. Uma delas — da senadora Gleisi Hoffman (PT-PR) — tenta diminuir o teto salarial do serviço público de R\$ 33,7 mil para R\$ 29,5 mil.

Mãos de tesoura O Planalto vai reestruturar a burocracia da administração federal cortando e realocando servidores que atuam na área de recursos humanos. Levantamento feito pela Casa Civil e pelo Ministério do Planejamento aponta que cerca de 10% do funcionalismo trabalha em RHs – 50 mil dos 600 mil empregados. A ideia é unificar a gestão de pessoal, centralizando-a no Planejamento. Para reduzir os cortes, o governo vai estimular quem já preenche os requisitos a se aposentar.

Aval Os números sobre as mudanças nos recursos humanos foram apresentados na segunda (6) ao presidente Michel Temer, que aprovou o plano de reestruturação.

Temer lança o 'Avançar' para o nada

VINICIUS TORRES FREIRE

Michel Temer quer "relançar" seu governo. Mas ora não tem força ou fundos para chutar essa bola murcha. Vai então lançar propaganda nova. Nesta semana, anuncia o Projeto Avançar, que é uma espécie de PAC com maquiagem de defunto.

O PAC, como se recorda, era o Programa de Aceleração do Crescimento dos anos petistas, o filho de Dilma Rousseff, segundo Lula, filho que morreu dos maus tratos da mãe. O "Avançar" é o PAC de Temer, promessa de R\$ 42 bilhões em investimentos "em obras" até o final de 2018. Hum.

Neste ano, até setembro, o investimento federal foi de R\$ 25,5 bilhões, 36% menor que em 2016 e 46% abaixo do gasto em 2015. Neste ano todo, difícil que passe de R\$ 38 bilhões, uma miséria. Se o "Avançar" não for mera conversa fiada, teria o dinheiro equivalente à miséria deste ano mais uns 10%, que é gorjeta. Assim não se vai a lugar nenhum.

Mas nem isso pode ser possível. O governo mandou ao Congresso o resto do pacote de agosto, um plano de remendo das contas públicas, coisa de uns R\$ 15 bilhões. Os parlamentares da coalizão temeriana refugam, pois teriam de adiar o

reajuste e aumentar a contribuição previdenciária do funcionalismo federal, além de aumentar imposto para aplicação financeira de ricos.

Em suma, o governo faz malabarismos até para evitar estouros ainda mais estrambóticos do Orçamento. Sabe-se lá como vai "Avançar".

Temer diz não ter votos para aprovar nem uma versão aguada da reforma da Previdência. Sem mágicas e milagres no Congresso e na recuperação econômica, seu governo vai avançar para o vazio do fim. Na política, cada um vai cuidar ainda mais da sua vida.

Rodrigo Maia (DEM), presidente da Câmara, lança sobre Temer a responsabilidade pelos estertores da reforma da Previdência, mas tem lá seu programa, reformas para agradar os guardiães deste bloco no poder (finança, ruralistas, bancada da bala etc.).

Deve apoiar a nova lei de recuperação judicial e a reforma do setor elétrico, assunto chato e incompreensível, mas de enorme importância. Vai tocar a mudança no licenciamento ambiental e das normas de distratos (de compra de imóveis), leis relativas à segurança pública e a

criação do Conselho de Gestão Fiscal.

Se Temer quiser aparecer na foto em 2018, talvez seja obrigado a rearranjar o ministério, segundo exigência descarada do Centrão e sugestão velada de Rodrigo Maia. Ou seja, teria de entregar cargos do PSDB à arraia ainda mais miúda.

Temer piscou depois que donos do dinheiro e seus economistas reagiram a seu derrotismo. Henrique Meirelles e companhia reagiram ao derrotismo temeriano. Desandaram a dizer que a reforma da Previdência não agoniza e que, sem ela, virão aumentos de impostos e cortes agressivos de gastos, uma tentativa desesperada de evitar o pior. Isto é, sem reforma, com buracões nas contas públicas e candidatos desatinados a presidente, a recuperação econômica deve azedar um tanto.

Conversa sobre "ampla reforma ministerial" é um dos sinais de furdunço, de governo atolado ou fraco. Outro sintoma é a proliferação de candidaturas a presidente. Se o governo tivesse direção e força políticas, não haveria essa chacinha desatinada sobre presidencialismos assustadores.

Para desconsolo da oposição

A levar em conta o que o governo de Michel Temer já superou – especialmente as duas denúncias apresentadas pelo ex-procurador geral da República Rodrigo Janot – e as medidas legislativas que ele conseguiu aprovar até agora – como, por exemplo, a PEC do teto dos gastos públicos, a reforma trabalhista e a reforma do ensino médio –, é de observar com cuidado as avaliações pessimistas que estão sendo feitas a respeito da reforma da Previdência.

Se os acontecimentos do passado têm algo a ensinar, é que o atual governo tem perseguido com tenacidade as metas que se impõe. Isso não significa, por óbvio, que a aprovação da reforma previdenciária seja fácil ou de que ela se realizará inexoravelmente. Para que a mudança se dê, será preciso muito trabalho. Mas não se pode dizer que a reforma da Previdência seja uma batalha perdida. No entanto, é disso que certos políticos tentam convencer a opinião pública.

Ainda que seja muito pouco razoável a oposição à reforma da Previdência que alguns insistem em fazer – negam-se a ver o desequilíbrio fiscal que as atuais regras vêm causando, com imenso prejuízo para o País, que se torna cada vez mais incapaz de realizar os necessários investimentos públicos e de levar adiante as políticas públicas de que a população necessita –, é do jogo político que alguns parlamentares cedam à tentação populista e tentem usar a resistência à reforma para angariar alguns votos.

Como é lógico, seria desejável que todos os deputados e senadores fossem minimamente responsáveis e conseguissem vislumbrar, além do mero oportunismo eleitoral, aquilo que diz respeito ao interesse público. Isso seria desejável, mas a vida real é muito diferente. Não raro, o interesse público é substituído por interesses menores. Ou seja, para uma causa ser vencedora, não basta que ela seja correta e alinhada com o interesse público. É preciso que os seus promotores trabalhem bem. Nesse sentido, a aprovação da PEC 287/2016, que altera as regras previdenciárias, exige um intenso trabalho de coordenação política.

Urge reagrupar a base aliada, recuperando o ânimo de alguns, mudando as inclinações de outros mais afeitos à lógica populista, e fazer com que o Congresso retome o projeto reformista com responsabilidade. A tarefa é árdua e não faltam adversários para dificultar o processo, como se viu na segunda-feira passada. O presidente Michel Temer disse anteontem que a reforma da Previdência é "importante, fundamental e nela continuarei me empenhando", mas há quem tenha querido ver em suas palavras a admissão de um possível fracasso da PEC 287/2016 no Congresso. "É uma necessidade do País pela qual me empenhei e me empenho", reafirmou Temer, mostrando que a reforma da Previdência é um assunto que transcende o seu governo. "O resultado dela se produzirá depois do meu governo", reconheceu. As palavras de Temer motivaram a equipe econômica a reafirmar, uma vez mais, o compromisso com a reforma da Previdência.

Os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, rejeitaram prontamente a interpretação de que o governo estaria jogando a toalha em relação à PEC 287/2016. "É exatamente o que o presidente falou: vamos continuar lutando", disse Oliveira. No mesmo tom falou o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, lembrando que a aprovação de uma reforma da Previdência é "inevitável" e que, quanto mais completa ela for, melhor será para o País.

Já houve momentos mais propícios para a aprovação da reforma da Previdência. Em maio, dava-se por garantida a aceitação do projeto, mas as denúncias apresentadas por Rodrigo Janot mudaram os ambientes político e econômico. Mas o episódio foi superado. Seria desconcertante que, tendo chegado até aqui, com um surpreendente histórico de aprovação de reformas no Congresso, o governo desistisse ou não pusesse o devido empenho para aprovar a PEC 287/2016. Que a oposição possa constatar, uma vez mais, que a época da irresponsabilidade ficou definitivamente no passado.

Mercado reage mal à fala de Temer e ministros saem em defesa da Previdência

Aposentadoria. Após a declaração do presidente de que a reforma pode não ser aprovada, Bolsa cai ao menor patamar em dois meses; na tentativa de conter a repercussão negativa, Meirelles, Padilha e Oliveira defenderam aprovação do texto no Congresso

O mercado reagiu mal à declaração do presidente Michel Temer sobre a possibilidade de uma derrota na aprovação da reforma da Previdência. Ao longo do dia, enquanto a Bolsa caminhava para fechar o pregão no menor patamar dos últimos dois meses, os principais ministros de Temer fizeram coro para defender a reforma. Henrique Meirelles, da Fazenda, disse que o governo não vai recuar e acredita que há possibilidade de aprovação do texto ainda este ano. “Temer reconheceu uma realidade.

A ideia é ir para a discussão e para a votação”, afirmou. Eliseu Padilha, da Casa Civil, garantiu que a Previdência continua sendo uma prioridade. E Dyogo Oliveira, do Planejamento, disse, em Roma, que o governo “vai continuar lutando pela reforma”. Mesmo com as declarações positivas dos ministros, a Bolsa encerrou o dia com queda de

2,55%. Foi a primeira vez, desde o dia 5 de setembro, que ela ficou abaixo dos 73 mil pontos.

As ações de empresas com controle estatal, como Petrobrás e Banco do Brasil, despencaram. Apesar de o risco de derrota do projeto não ser uma novidade, o fato de Temer ter admitido isso anteontem e o tom resignado que usou em seu discurso a parlamentares levaram a um mau humor generalizado no mercado.

“As declarações do presidente foram interpretadas como a constatação derradeira de que dificilmente teremos notícias positivas na parte política no atual governo”, disse Vladimir Pinto, gestor de renda variável da Grand Prix Asset. Com a repercussão negativa, Temer divulgou um vídeo nas redes sociais em que afirma ter cumprido seu dever ao propor uma reforma ao Congresso que corta privilégios.

“Quero transmitir minha ideia de que toda minha energia está voltada para concluir a reforma da Previdência”, afirmou. Por trás da declaração de anteontem do presidente, que foi interpretada como se o governo tivesse jogado a toalha, há a estratégia do Palácio

do Planalto de dividir com a cúpula do Congresso e transferir sobretudo para Rodrigo Maia, presidente da Câmara, a responsabilidade da aprovação da proposta, conforme apurou o Estadão / Broadcast.

Maia disse não ter visto a declaração de Temer “de modo pessimista”. “Tem que aprovar a reforma. Agora, esse não é um projeto apenas do Legislativo. O governo precisa ajudar a organizar essa votação”, afirmou. Ontem, na saída da reunião de Temer com senadores, o líder do PMDB no Senado, Raimundo Lira (PB), contou que o presidente defendeu a aprovação de pelo menos uma idade mínima. Outros pontos da reforma ficariam para a próxima gestão.

Para o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), Temer “perdeu as condições” para aprovar a reforma, mesmo que em um formato mais enxuto. “Essa coisa de se tratar de idade mínima é tardia. Isso deveria ter sido colocado em um cenário lá atrás”, afirmou.

ADRIANA FERNANDES,
CARLA ARAÚJO, IGOR
GADELHA E PAULADIAS

Parlamentares desidratam mais uma MP

Medida Provisória que cria jornada reduzida e licença não remunerada foi alterada, reduzindo economia prevista pelo governo federal

Idiana Tomazelli

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) que instituiu o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) do governo federal, adoção de jornada reduzida e licença não remunerada aprovou ontem uma versão desidratada da proposta enviada pela equipe econômica. Os parlamentares retiraram dois artigos que permitiam a servidores que aderissem à jornada reduzida ou licença sem remuneração o exercício de outra atividade.

A eliminação do incentivo dificulta a adesão nestes casos. O texto agora segue para o plenário da Câmara e tem até 28 de novembro para ser votado antes de perder validade. O relatório foi votado rapidamente em sessão na comissão mista, presidida pelo

deputado Leonardo Quintão (PMDBMG), que ficou conhecido como um dos integrantes da “bancada do Refis”.

Esse grupo de parlamentares pressionou o governo a conceder descontos maiores para devedores no programa de parcelamento de débitos com a Receita Federal. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, Quintão negociou a mudança no texto do PDV com a Secretaria de Governo, comandada pelo ministro Antonio Imbassahy, do PSDB – partido em que parte dos integrantes quer o desembarque do governo Michel Temer.

A retirada dos artigos não teve o aval do Ministério do Planejamento, que esteve à frente da formulação da proposta. Os pedidos de mudanças no relatório do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) feitos pela equipe econômica tampouco foram apresentados na sessão. O artigo 12, um dos retirados, prevê que o servidor pode exercer outra

atividade, pública ou privada, durante o período em que estiver em jornada reduzida, desde que não configure conflito de interesses.

Isso inclui administrar empresas ou participar de conselhos fiscal ou de administração de companhias. O artigo 14, outro que foi suprimido, estende esses benefícios a quem aderir à licença não remunerada (afastamento por três anos, prorrogáveis por mais três). No caso da jornada reduzida, é preciso que as demais atividades sejam compatíveis com o horário da função pública.

Economia.

O governo espera economizar R\$ 1 bilhão com a MP do PDV, que inclui ainda a demissão voluntária de servidores que quiserem deixar o funcionalismo público. Como a área econômica considera que “a medida morre” sem esses incentivos, a economia esperada pode ficar em risco.

CONJUNTURA »**MP do servidor tem 255 emendas**

Proposta que adia reajuste salarial de 2018 e eleva contribuição previdenciária do funcionalismo enfrenta resistência

VERABATISTA

Parlamentares de diferentes partidos na Câmara protocolaram 255 emendas à Medida Provisória nº 805/2017, que adia o reajuste de salários e eleva a contribuição previdenciária dos servidores federais de 11% para 14% dos vencimentos. E a briga do funcionalismo com o Executivo deve se acirrar. Nenhuma das carreiras aceita abrir mão de direitos, e o governo não pensa em recuar. O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida, ressaltou que, se algum reajuste for aprovado pelo Legislativo e, “no pior dos casos”, houver aumento de despesa, sem receita correspondente, o governo terá que cortar outros itens do Orçamento.

“Não é o desejo da Fazenda ou do Planejamento. É determinação da lei adequar os gastos ao deficit primário máximo estabelecido para 2018, de R\$ 159 bilhões, o equivalente a 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB)”, destacou Mansueto. O secretário disse que o governo está conversando com deputados e senadores. “Este processo de algum grupo não gostar



Secretaria de Defesa Agropecuária será reformulada para ter maior independência, segundo Rangel

mais de uma medida ou de outra é normal em uma democracia. Está tudo dentro do programado”, afirmou.

Na avaliação do economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, o governo “está numa sinuca” e corre o risco de perder a disputa. “A meta de deficit só será cumprida se o Congresso aprovar a MP. Não há outra saída”, disse. Castello Branco lembrou que 57% das despesas primárias não podem ser mexidas. A relação inclui benefícios previdenciários urbanos (R\$ 435 bilhões, ou 33,7% do total), aposentadorias rurais (R\$ 124,7 bilhões, 9,7%), pessoal e encargos sociais (R\$ 122 bilhões, 9,5%) e

benefícios de prestação continuada (R\$ 53,6 bilhões, 4,2%).

“O governo está tentando tirar o Brasil do atoleiro. Mas acho muito difícil que seja com essa MP. O presidente Michel Temer gastou todo o capital político para se manter no poder e o Congresso desgastou-se no processo”, destacou Castello Branco.

Para complicar a situação do governo, nas emendas protocoladas na Câmara dos Deputados entraram itens estranhos ao objetivo da MP, entre os quais a regulamentação do bônus de eficiência para auditores da Receita Federal e do Trabalho; a queda para 7,5% do desconto previdenciário de integrantes de





órgãos de segurança; o rebaixamento em 2018 dos salários dos ministros do STF dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 29,9 mil mensais; a composição do conselho deliberativo de entidades de previdência complementar; e a redução de jornada e do desconto de Imposto de Renda (de 1% a 3%) para servidor com filhos.

Os servidores prometem manter a pressão. “O STF já declarou inconstitucionais o não cumprimento de leis que reajustam salários e a elevação do desconto para a aposentadoria. Era previsível que houvesse resistência. Os valores já estavam no orçamento”, declarou Antônio Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). “Não há como aceitar tamanho descalabro. O servidor perderá duas vezes: não terá reajuste salarial no ano que vem, e ainda poderá ter aumento na contribuição previdenciária. A queda no poder aquisitivo será tremenda”, afirmou Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate).

Pesquisa deixa Brasil mal na foto



O país tem a pior avaliação no quesito qualidade das rodovias

SIMONE KAFRUNI

Os brasileiros são os mais insatisfeitos com a infraestrutura, revela estudo da Ipsos, empresa independente na área de pesquisa de mercado presente em 88 países. O levantamento, realizado em 28 nações, descortina a incômoda posição do Brasil — líder nos aspectos negativos e ocupando as últimas posições nas avaliações positivas. Para especialistas, os dados refletem a má gestão dos projetos.

A média global de insatisfeitos com a infraestrutura de cada país é

de 30%. O Brasil, com 60% dos entrevistados desgostosos, lidera o ranking, seguido por África do Sul (51%), Sérvia (49%) e Itália (43%). Na avaliação contrária, ou seja, das pessoas contentes com a situação nacional, os brasileiros estão em penúltimo lugar, com apenas 19%. O pior dado é a lanterna brasileira no item qualidade das rodovias, bem classificada por somente 29%, muito atrás do penúltimo país da lista, a Hungria, com 41%.

Para Danilo Cersosimo, diretor da Ipsos, o levantamento retrata uma realidade histórica. “O Brasil sempre teve infraestrutura precária. Houve fases de mais investimento, mas

nunca algo contínuo e sustentável”, avaliou. Segundo ele, a insatisfação é maior do que em outros países, porque o Brasil passou por um período em que parecia que os gargalos seriam mitigados, com promessas de investimentos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. “Criou-se uma expectativa que não se confirmou”, disse. Cersosimo assinalou que a má gestão dos recursos resulta em desconfiança muito grande em relação às obras, por conta de corrupção, atrasos, planejamento ruim e projetos inacabados.

A pesquisa revelou que os aeroportos são melhor analisados com 68% de avaliação ótima ou boa na média global. Lideram o ranking África do Sul (83%), Índia (81%), Colômbia (81%) e Nova Zelândia (79%). Na avaliação da qualidade dos aeroportos, os brasileiros ocupam a última colocação, com 47%. Para o diretor da Ipsos, isso ocorre porque, no Brasil, não se discute infraestrutura sob a ótica de política pública e de desenvolvimento sustentável. “Só se fala de grandes obras para geração de emprego. O argumento é bem utilitarista”, analisou.

A qualidade da internet banda larga teve percentual global de 56% favoráveis, com Sérvia, Coreia do Sul e Índia no topo: 74%, 73% e 72%, respectivamente. O Brasil ficou com 37%, à frente apenas de Itália





(35%) e Austrália (32%). “Surpreende ver países mais desenvolvidos menos satisfeitos, mas o nível de exigência é maior. A tendência, no caso da internet, é avaliar mais o serviço do que a infraestrutura”, justificou Cersosimo.

Para Marlon Ieiri, especialista em infraestrutura do escritório L.O. Baptista Advogados, o problema é que o país não investe na manutenção da infraestrutura, que acaba se deteriorando. “As concessões antigas estão sendo devolvidas por modelagens erradas. Agora, como o governo não tem dinheiro para investir, permite retorno maior do investimento para atrair a iniciativa privada. Mas precisamos melhorar a qualidade dos projetos”, avaliou. “Envergonha ver a colocação do Brasil nesse ranking, porque se gasta muito dinheiro, porém de maneira ineficaz. E a má gestão é pior do que a corrupção, porque duplica, triplica o valor dos projetos.”

A pesquisa ainda abordou o grau de satisfação da população mundial ao viajar de carro. No ranking, o Brasil é um dos últimos colocados com 51% versus média global de 61%. O país também ocupa as últimas colocações nas viagens de metrô, com 51%. Nos meios de transporte, a melhor posição brasileira é nas viagens de ônibus, com satisfação de 50%, próxima da média mundial (53%).

Liderança incômoda

Brasileiro é o campeão da insatisfação com infraestrutura, revela estudo da Ipsos

» Levantamento realizado entre 25 de agosto e 8 de setembro, em 28 países, aponta que, em média, 30% da população é insatisfeita com a infraestrutura

» O Brasil é líder na pesquisa, com 60% dos entrevistados insatisfeitos, seguido por África do Sul (51%), Sérvia (49%) e Itália (43%)

» Entre os satisfeitos, a média é de 37%, sendo Arábia Saudita, Índia e

Alemanha os primeiros colocados com 65%, 59% e 53%, respectivamente.

O Brasil é o penúltimo, com apenas 19% de satisfeitos

» Aeroportos são melhor analisados, com 68% de avaliação ótima ou boa entre os países. Mas os aeroportos brasileiros ocupam a última colocação, com aprovação de 47%

» O Brasil também fica em último lugar na avaliação da satisfação com a qualidade das rodovias, com apenas 29%, bem distante do penúltimo lugar, a Hungria, com 41%

» Na banda larga, o Brasil é o antepenúltimo na avaliação positiva, com 37% de satisfeitos, à frente apenas da Itália (35%) e Austrália (32%)

Fonte: Ipsos